

PARECER SOBRE O DOCUMENTO PRELIMINAR DA BNC

ARTE

Aldo Victorio Filho

Ao apostar na garantia de equidade da qualidade em toda a educação escolar brasileira, a Base Nacional Comum Curricular enfrenta, inevitavelmente, o desafio setecentista do postulado de Comenius, ou seja, tornar a aprendizagem eficaz e atraente mediante sua sistematização e organização das quais redundaria o sucesso de ensinar tudo a todos ao mesmo tempo. Considerando a complexidade e diversidade dos cenários culturais, institucionais, sociais e existenciais que condicionam, em seus intensos entrecruzamentos e tensões, todos os processos de ensino e aprendizagem, subvertendo-os, fragilizando-os e fortalecendo-os na dinâmica do imprevisto, do imponderável e improgramável resultante dos encontros da diversidade cultural, social e etc.. Simultaneamente à aludida complexidade é preciso considerar a rebeldia estrutural dos cotidianos no panorama escolar, epicentro do teste de qualquer política pública criada para a Educação. Tais considerações não condenariam a iniciativa de uma base nacional comum curricular, entretanto, podem explicitar as fragilidades e os riscos concretos de sua efetiva aplicação, caso o interesse seja, exclusivamente, as instâncias pedagógica e epistêmica da formação humana ainda como utopia íntima do programa nacional de escolaridade obrigatória.

Um dos aspectos que perpassam o projeto de uma BNCC é o, nem sempre discreto, pressuposto de um alunato modelar e modular tábula rasa, desconsiderando as torrentes, de volume jamais encarado, de informações e conhecimentos de toda ordem. A escola pode surpreender, positivamente, e efetivamente o faz, para além das prescrições dos criadores das políticas públicas voltadas para ela. Refiro-me, sobretudo, à atuação das professoras, ainda que espontânea, intuitiva e nem sempre com o respaldo de dispositivos curriculares apropriados e específicos diante da concorrência das fontes de saberes, e mesmo instrução, que competem com a instituição escolar e cada vez mais a superam na notícia, ou mesmo, na iniciação em certos campos de saberes e fazeres.

Infelizmente, ainda me pareceram pouco, ou não sinceramente considerados, no documento preliminar da BNCC, a atenção à participação da negociação, da sistematização ou de outra ação que considere, reconheça e afira os saberes advindos de outros meios e canais para além dos currículos escolares oficiais.

O risco de naturalizar a escola como assentada em pressupostos metafísicos ainda é evidente na formatação de propostas generalizantes e universalizadoras, pois, não é oferecida argumentação atualizada que defenda, ou problematize, sua manutenção nos moldes como vem, historicamente, sendo conduzida, como se a organização e a definição curricular pudessem ser realizadas apartadas ou dissociadas do pano de fundo filosófico que sustenta a instituição escolar e seu programa. É imprescindível pensar a escola, em suas singularidades e similitudes estratégicas, como espaços e coletivos assujeitados às condições que se desdobram da formação docente, remuneração do professorado e demais trabalhadores das escolas, à manutenção dos equipamentos escolares e a sua efetiva coletivização. É constrangedor projetar uma escola do presente, com pretensão de futuro, acimentada sob códigos pretéritos.

Quanto à definição dos objetivos da área de Linguagens para a educação básica, penso que o entendimento das Artes como linguagem exige argumentação sólida e convincente. O espaço deste parecer não seria de debate teórico, portanto, atendendo às suas finalidades, observaria, apenas, que a produção artística (antes e depois do entendimento moderno do conceito “Arte” ainda que reconhecendo sua polissemia) ultrapassa os limites da linguagem e se movimenta a partir de impulsos anteriores a qualquer codificação ou à aplicação de qualquer sistema simbólico. Portanto, se aceitarmos que Arte é linguagem, os referidos objetivos do componente curricular Arte estariam, certamente, contemplados de forma adequada e pertinente nesta parte do documento analisado.

Porém, é preciso reiterar que afirmar Arte como linguagem é mais que mera escolha. Parte expressiva da produção filosófica dos últimos séculos advoga que a produção poética, a experiência e produção estética – energias realizadoras do que moderna e atualmente ainda se entende como arte – é anterior à produção e poder dos sistemas simbólicos configuradores da linguagem. E a Arte, entre tantas forças, tem o inegável

poder de atenuar a hegemonia do discurso sobre a condição humana. A Arte, nessa perspectiva, seria a única via de escape e, mesmo, de neutralização, atenuação e ruptura do poder do discurso que, na eleição incondicional da representação, coroa o sentido, reduz o mundo à palavra e, quase sempre, exila a presença. Se entendermos linguagem como meio e veio do discurso, arte decididamente é outro campo, outra área de realização. Seja na ação poética ou na criação epistêmica.

As considerações acima registradas se referem a aspectos que julgo mais significativos na avaliação geral do documento. A seguir, busquei conduzir o parecer da forma mais objetiva possível contemplando os aspectos recomendados, recorrendo à organização sugerida nas orientações para a sua execução.

A estrutura do documento, sua organização e confecção textual, bem como o recurso às tabelas são favoráveis à compreensão da proposta, entretanto, talvez devido à organização do documento e os limites referentes às suas dimensões (número de páginas, etc.) tenha impedido o aprofundamento das orientações curriculares, ou seja, sua sustentação conceitual e suas bases político pedagógicas. De todo modo, considero que os conteúdos dos textos, tanto da área de Linguagens quanto do componente do qual trato especificamente, Artes, foram contemplados com adequação, clareza e objetividade em suas apresentações, portanto, pertinentes ao projeto ao qual atendem.

Quanto ao tratamento do componente no texto que apresenta a área de Linguagens, a estratégia de construir um texto de apresentação da área de Linguagens, definindo seus objetivos gerais para a educação básica é, certamente, absolutamente necessária e, na versão analisada, adequada e pertinente. Assim como, no texto que apresenta a área de Linguagem, o componente ARTES está contemplado de forma adequada e pertinente.

Quanto à definição dos objetivos da área de Linguagens para a educação básica, reitero que o entendimento das Artes como linguagem exige argumentação sólida e convincente à altura da categorização posta. Em se aceitando Arte como linguagem, certamente que nos objetivos do documento analisado, este componente curricular estaria adequadamente contemplado.

A estratégia adotada do recurso à uma apresentação na qual são listados objetivos gerais do componente curricular é adequada, pertinente e de fácil compreensão. Muito embora, o mais importante não é a decisão por apresentar objetivos gerais ou não. Penso que o mais importante é a discriminação desses objetivos e as bases teórica e conceitual que os sustentariam.

Quanto ao texto que apresenta o componente Arte, este é claro quanto aos princípios que orientaram a organização dos objetivos de aprendizagem, mas, infelizmente, não esclarece as bases teóricas que sustentam as escolhas desses princípios. Entretanto, contempla, de forma satisfatória, as transições ocorridas ao longo da educação básica: da educação infantil para o ensino fundamental, dos anos iniciais para os anos finais, dos anos finais ao ensino médio.

Os objetivos gerais previstos para o componente Arte ao longo da educação básica são pertinentes, embora a argumentação que esclareçam as suas escolhas, provavelmente em função da formatação do texto, não tenham sido suficientemente aprofundadas. Já os objetivos gerais previstos para o componente Arte se articulam com os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa da educação básica, entretanto, não há clareza em relação às bases teóricas das referidas eleições curriculares. Sabemos que cada turma escolar revela um uno, ímpar, advindo da agregação das singularidades de cada um de seus indivíduos, os estudantes. Portanto, encontramos, novamente, o problema antigo: bastaria o aspecto etário para garantir a interlocução produtiva com determinados conteúdos? Qual trama de experiências, condições ambientais, culturais, sociais e demais aspectos formadores cercam e constituem os educandos, afastando-os ou aproximando-os das determinações de uma base comum nacional?

A organização, assim como a descrição dos objetivos de aprendizagem, para o componente Arte, guardam coerência e pertinência, na medida em que, na perspectiva técnica, contemplam, satisfatoriamente os aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais.

Quanto à adequação dos objetivos à etapa de escolarização para a qual são propostos, sob a perspectiva dos modelos tradicionais que idealizam similitudes e universalidade das condições de aprendizagem no viés etário, arrisca certa qualidade e pertinência.

Entretanto, aqui se agrava a lacuna que assombra toda a iniciativa de um base curricular comum, que seria a discussão das insofismáveis diferenças, de toda ordem, que condicionam a adequação de sujeitos (os estudantes) vivos a modelos escolares técnicos constituídos de séries hierarquizadas, promoções, progressões e demais procedimentos idealizados.

Assim, a “Progressão” dos objetivos ao longo das etapas, e entre etapas de escolarização, têm sua pertinência condicionada ao modelo a que o programa aderiu.

E finalmente, a redação dos objetivos, embora guarde clareza em relação aos seus postulados e perfeito ajuste ao modelo conceitual norteador da BCN, instiga o questionamento sobre a possibilidade, ou exequibilidade, do alcance das suas metas curriculares face à amplitude e profundidade da complexidade das escolas e de seus cotidianos.

Há inúmeros aspectos positivos na elaboração do componente curricular de Artes na pretendida Base Nacional Comum, dentre os quais, a preocupação com o redimensionamento de suas faces, neutralizando, por meio de oportuna relativização, os tradicionais discursos euroreferenciados e etnocêntricos que foram quase naturalizados, não apenas no ensino da Arte assim como, também, nos demais campos disciplinares. Ressalto a positividade do interesse em respeitar as condições culturais locais, bem como as tradições por meio de espaços curriculares nos quais o apreendido viceje junto à crítica do que se passa a conhecer e experienciar. Valorizar percursos de produção locais em simetria com os patrimônios hegemônicos e outras fontes de experiência estética no mundo da Arte e no universo das Imagens é, igualmente, relevante. Contudo, o texto da BNCC está sujeito a muitas interpretações, arriscando equívocos de interpretação como um dos trechos no qual se pode ler *“habilitação em cada sub-componente”*. O termo *sub-componente* parece inadequado, assim como o termo ‘habilitação’. Tais construções textuais oferecem um cenário que remete à rejeitada polivalência e às capacitações para habilitar. É desejável, portanto, o ajuste do texto nos pontos que arriscam interpretações equivocadas.